

EUA preparam novo " "

Dívida Externa

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, domingo, 9 de agosto de 1987 9

rebaixamento" do Brasil

O governo dos Estados Unidos espera o próximo dia 20 para detonar o processo de novo rebaixamento do devedor Brasil, agora, para o conceito de **value impaired** (valor depreciado ou prejudicado), o último degrau antes que as autoridades norte-americanas declarem perdidos os créditos de US\$ 30 bilhões que os bancos norte-americanos detêm junto a tomadores brasileiros. O Brasil fará companhia ao Peru, na condição de "devedor prejudicado", o que obriga os bancos norte-americanos a fa-

Os seis meses de juros suspensos detonam o processo de rebaixamento, a cargo de um comitê interdepartamental do governo norte-americano, criado em 1979. Integram o comitê o Interagency Country Exposure Review Committee, três funcionários graduados do Federal Reserve, o banco central norte-americano; três do Controller of the Currency, a autoridade bancária do Departamento do Tesouro, e outros três da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), a agência governamental que garante de-

tar a conceituação de **value impaired** para os créditos brasileiros, antes da decisão do comitê interdepartamental em outubro. Embora o comitê do governo norte-americano tenha rejeitado os argumentos em marco, ao classificar os créditos brasileiros como **sub-standard**, o Banco Central vai insistir na tese de que os bancos credores não podem alegar a falta absoluta de recebimento de juros do Brasil.

O governo brasileiro pretende convencer as autoridades monetárias norte-americanas, que, técnica-

pagamento de juros nos seis meses de moratória alcançou US\$ 500 milhões. Também a remuneração dos depósitos interbancários em bancos brasileiros é paga regularmente.

Por isso, o Banco Central deixa claro que as autoridades norte-americanas não podem praticar o ato de violência de desclassificar o Brasil por deixar de transferir os juros aos bancos credores, quando meio bilhão de dólares foram pagos no período da moratória. Aceitar as alegações dos banqueiros norte-americanos será, segundo

rem provisão de 15% dos créditos brasileiros para a cobertura de perdas futuras.

No próximo dia 20, a moratória da dívida aos bancos internacionais completa seis meses e as autoridades monetárias norte-americanas abrirão o processo de nova reclassificação dos créditos brasileiros. Logo após a decretação da moratória, o Brasil entrou, como a Argentina e a Venezuela em 1983 e 1984, no conceito de **sub-standard**, com a colocação fora do padrão dos créditos brasileiros.

pósitos bancários.

O comitê de assessoramento dos bancos credores, presidido por William Rhodes, vice-presidente do Citibank, tenta utilizar o rebaixamento como mecanismo de pressão para fazer com que o Brasil realize algum pagamento de juros. O Brasil recusa qualquer enfraquecimento da moratória, até que haja o encaminhamento efetivo da renegociação da dívida, e até considera possível afastar a hipótese de rebaixamento.

O Banco Central prepara a argumentação para evi-

mente, é errada a interpretação de que o País deixou de pagar todos os juros devidos. O Banco Central encaminhará todos os comprovantes de que, nos seis meses de moratória, o Brasil pagou integralmente os juros de um sexto da sua dívida externa, correspondente aos compromissos comerciais e interbancários de curto prazo.

A taxa média de 8,5% ao ano, o Brasil tem pago rigorosamente em dia US\$ 70 a 80 milhões por mês de juros dos financiamentos comerciais de quase US\$ 10 bilhões. Só nestas linhas, o

o Banco Central, uma violência inacreditável.

Na prática, os bancos norte-americanos só aumentam o poder de pressão sobre o Brasil e nada perdem com o rebaixamento. Desde maio último, praticamente todos os bancos norte-americanos seguiram a iniciativa do Citibank de fazer provisão para perdas futuras em nível superior aos 15% dos créditos brasileiros.

Para o Brasil, resta brigar para evitar o rebaixamento, mais por questão de princípio do que pelos efeitos práticos.